



P R E F E I T U R A   D E  
**BOQUIRA**

GOVERNO PRESENTE, MAIS CONQUISTAS PARA NOSSA GENTE!

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE  
BOQUIRA**

**EDITAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009-2026-CO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2026.**

## **SÍNTESE DO OBJETO**

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO VOLTADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, E PRETENDE COLABORAR COM A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA, ALINHADA ÀS PRÁTICAS PROFISSIONAIS DOS EDUCADORES E À GESTÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO, EM METAS RELACIONADAS À EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A TODOS OS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E OUTRAS RELACIONADAS AO FORTALECIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46

**INFORMAÇÕES GERAIS****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

Nº 009-2026-CO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Nº 042/2026

**PLATAFORMA**<https://www.licitanet.com.br/>**CONTRATANTE**

MUNICIPIO DE BOQUIRA/BA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**OBJETO**

Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 02 de julho 2026 às 09:00h (Horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

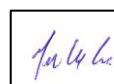
Técnica e Preço (LOTE ÚNICO) (ART.33, IV da Lei 14.133/2021).

**MODO DE DISPUTA:****FECHADO**, conforme preconiza o art. 56, II § 2º da Lei 14.133/2021.**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

NÃO

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**

Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos no sitio: <https://licitanet.com.br>, Diário Oficial: <https://www.boquira.ba.gov.br/Site/DiarioOficial> ou na sede da Prefeitura. Informações: (77) 3645-2291, ou por e-mail: [licitacao@boquira.ba.gov.br](mailto:licitacao@boquira.ba.gov.br).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009-2026-CO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2026

O MUNICÍPIO DE BOQUIRA – BA, inscrito no CNPJ sob o nº. 13.780.770/000-46, com endereço à Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, centro, na Cidade de Boquira-BA, CEP. 46.530-015, através do Fundo Municipal de Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 61.237.321/0001-07, no uso de suas prerrogativas legais, torna público a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009-2026-CO**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto n. 006/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação são os serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta licitação na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica. Deverão ser credenciados previamente perante o provedor do sistema – LICITANET (<https://licitanet.com.br/fornecedor>) para a liberação de acesso.

2.3. O aplicativo licitações podem ser acessado através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

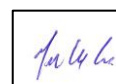
2.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação do licitante no momento da habilitação.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### 2.8 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Sociedades que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



2.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. Pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;<sup>1</sup>

2.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

---

<sup>1</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que a contratação de serviços especializados de formação continuada, acompanhamento pedagógico e assessoramento técnico para profissionais da educação constitui atividade estratégica que demanda abordagem integrada, metodologicamente coesa e tecnicamente especializada. Embora a Lei Nº 14.133/2021 permita, em princípio, a participação de empresas reunidas em consórcio (art. 15), a natureza singular desses serviços educacionais justifica tecnicamente sua vedação. A vedação proposta não constitui restrição indevida ou desproporcional à competitividade, mas sim adequação técnica necessária da modalidade de contratação à natureza específica e singular dos serviços educacionais especializados, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados com máxima eficiência, eficácia e efetividade na consecução dos objetivos de melhoria da qualidade educacional e desenvolvimento profissional sustentável.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



2.12. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação NÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3 O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO SUCEDERÁ AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta técnica e a proposta de preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da PROPOSTA DE TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO, o licitante DECLARARÁ, em campo próprio do sistema e/ou deverá anexar as DECLARAÇÕES, que:

4.3.1. ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

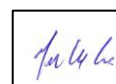
4.3.2. NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º XXXIII, da Constituição;

4.3.3. NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme previsto na Lei 14.133/2021 de acordo com as normas específicas que rege a matéria.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento







**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A FALSIDADE DA DECLARAÇÃO de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preços anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de julgamento.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



4.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, por meio do sistema, em formato digital, **NO PRAZO DE 4 (QUATRO) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão. Fica registrado que, apenas serão aceitos, para fins de julgamento da proposta técnica, documentos que venham atestar condição pré-existente à abertura das propostas ou seja da sessão eletrônica via sistema.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

5.1. O licitante deverá enviar sua PROPOSTA TÉCNICA, através do sistema eletrônico, conforme requisitos constantes no Termo de Referência.

5.2. O licitante deverá enviar sua PROPOSTA DE PREÇOS mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos disponíveis neste, contendo os seguintes requisitos:

5.2.1. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM se houver campo próprio do contrário anexar planilha no sistema;

5.2.2. VALOR GLOBAL DO LOTE em campo próprio do sistema;

5.2.3. MARCA obrigatório constar no campo da descrição e/ou na proposta anexada no sistema, desde que solicitado no Termo de Referência;

5.2.4. DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÕES, conforme instrumento convocatório.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. O licitante [NÃO] poderá oferecer PROPOSTA DE PREÇOS em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.5. NOS VALORES PROPOSTOS ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DO OBJETO.

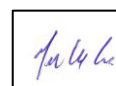
5.6. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será aquele definido no Termo de Referência, a contar da data de sua apresentação.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



5.11. Será adotado o modo de disputa FECHADO, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos licitantes pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, bem como, demais órgãos fiscalizadores e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à PROPOSTA DE TÉCNICA E DE PREÇO, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do tópico "DOS RECURSOS" deste Edital.

6.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item anterior deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 legislação correlata e no Tópico: "NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO" deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([https://portaldatransparencia.gov.br/licitacoes/consulta?ordenarPor=dataResultadoCompra&direcao=d\\_esc](https://portaldatransparencia.gov.br/licitacoes/consulta?ordenarPor=dataResultadoCompra&direcao=d_esc)).

6.5.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no CNPJ da EMPRESA LICITANTE E TAMBÉM no CPF do Sócio ADMINISTRADOR/MAJORITÁRIO, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



6.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com ao tópico: "DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deste edital.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a Comissão Técnica designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que:

6.10.1. Contiverem vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. Na avaliação de conformidade das PROPOSTAS DE TÉCNICA E DE PREÇO deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.12. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das PROPOSTAS DE TÉCNICA, observadas as regras e as condições previstas no Anexo I — Termo de Referência, deste Edital.

6.13. A Comissão Técnica designada pela Secretaria Requisitante realizará a análise dos quesitos qualitativos e emitirá o respectivo parecer técnico.

6.14. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o parâmetro matemático, constante no Termo de Referência.

6.15. Concluída a avaliação e ponderação das PROPOSTAS TÉCNICAS a Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das PROPOSTAS DE PREÇO.

6.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.17.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.17.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.18. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



6.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.22 Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = (PR/PP) \times FP$$

onde:

NP - Nota da proposta de preço do licitante

PR — Preço de Referência do Contratante; e

PP — Preço da Proposta do licitante classificado.

6.23 Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

**Nota explicativa:** A fórmula matemática utilizada para a ponderação das Notas considerou o peso de 70% para a proposta de técnica e 30% para a proposta de preço, nos termos do art. 36, §2º, da Lei nº14.133, de 2021.

6.24. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 nesta ordem:

6.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.26.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.26.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.26.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.26.2.2. empresas brasileiras;

6.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.26.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.27. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.28. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



6.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.30. A Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (QUATRO) HORAS**, podendo ser dilatado caso a Agente de Contratação entenda ser pertinente para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31. É facultado à Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.32. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.33. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.34. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos relativos à HABILITAÇÃO JURIDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, ECONÔMICO - FINANCEIRA, que constem do TERMO DE REFERÊNCIA somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, que serão enviados, por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (QUATRO HORAS)** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.2. TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE CONTENHAM PRAZO DE VALIDADE DEVERÃO ESTAR VÁLIDOS NA DATA E HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME, CONFORME INDICADO NO PREÂMBULO DESTES EDITAIS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

7.3. NO CASO DE DOCUMENTOS ASSINADOS ELETRONICAMENTE, DOS QUAIS DEVAM CONSTAR NO ROOL DOS DOCUMENTOS REQUISITADOS A TÍTULO DE HABILITAÇÃO, A ASSINATURA ELETRÔNICA DEVE TER SIDO GERADA ATÉ A DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME, haja vista que a cronologia de datas de cada evento é de suma importância para a transparência e a segurança jurídica. A apresentação de um documento que deveria ter sido gerado antes da sessão, mas que foi assinado posteriormente, pode ser interpretado como uma tentativa de: Burlar regras processuais; inserir informações de forma indevida; validar atos que não ocorreram no momento oportuno. Isso pode levar à invalidação do documento ou do ato a ele relacionado, SALVO AQUELAS QUE VENHAM A COMPOR A PROPOSTA READEQUADA E DEMAIS DOCUMENTOS CASO EXIGIDO PELO PREGOEIRO QUER POSSAM SER ELABORADOS, APÓS A SESSÃO.

7.4. NÃO SERÃO ACEITOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA E/OU CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO - (CAT), EMITIDOS APÓS A DATA E HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME, haja vista que aceitar documentos elaborados ou emitidos após esse prazo significaria desrespeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



convocatório, comprometendo a segurança jurídica e a previsibilidade do processo licitatório. A igualdade de condições entre os licitantes é um pilar essencial das licitações públicas, garantindo que todos os concorrentes tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados de forma equânime. Permitir que um licitante apresente documentos de habilitação, que foram emitidos ou elaborados após a abertura da sessão pública, confere a ele uma vantagem indevida sobre os demais concorrentes que cumpriram o prazo estabelecido. Essa prática quebraria a paridade e a lealdade que devem reger o processo licitatório, prejudicando a competitividade e a lisura do certame.

7.5. APÓS A ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO OU A APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS, SALVO EM SEDE DE DILIGÊNCIA, que será admitida a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição PRÉ-EXISTENTE à ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA do certame não ferindo os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). (art. 64, da Lei 14.133/21; Acórdão 1211/2021 – TCU – Plenário; Acórdão 2443/2021 – Plenário e Acórdão 1414/2023- Plenário.), Acórdão 966/2022 – Plenário; Acórdão 2432/2024 – Plenário – Acórdão 602/2025 – Plenário, o TCU e PARECER n. 00002/2025/CNLCA/CGU/AGU desde que observada os prazos e condições estabelecidos nos subitens 7.3 e 7.4.

7.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia (LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018), em caso de dúvida quanto a veracidade das informações apresentadas, o Agente de Contratação/Pregoeiro promoverá diligências necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do Processo. (Acórdão 2036/2022 Plenário).

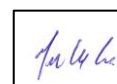
7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.10. Será verificado se o licitante apresentou DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme previsto na Lei 14.133/2021 de acordo com as normas específicas que rege a matéria.

7.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.13. A verificação pela Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.







## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

---

## **8. DO TERMO DE CONTRATO**

---

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

8.3.1. disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

8.3.2. outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

---

## **9. DOS RECURSOS**

---

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.boquira.ba.gov.br/Site/DiarioOficial>.

---

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

---

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



10.1.6. fraudar a licitação;

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5 a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do MUNICÍPIO CONTRATANTE do objeto deste Edital, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante. art. 89, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. (art. 158, §1º da Lei 14.133/2021).

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei 14.133/2021).

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como publicado no sítio oficial do Município.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@boquira.ba.gov.br](mailto:licitacao@boquira.ba.gov.br) ou pelo sistema da plataforma eletrônica que irá conduzir o processo em tela.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP: 46.530-015 - Fone: (77) 3645-3802

CNPJ: 13.780.770/0001-46



12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.boquira.ba.gov.br/Site/DiarioOficial> e <https://licitanet.com.br>, ou na sede da Prefeitura. Informações: (77) 3645-2291, ou por e-mail: [licitacao@boquira.ba.gov.br](mailto:licitacao@boquira.ba.gov.br).

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

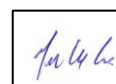
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO VII - CARTA PROPOSTA DA LICITANTE

Boquira-BA, 04 de maio de 2026.

  
**ALAN MACHADO FRANÇA**  
-Prefeito-







PREFEITURA DE  
**BOQUIRA**

GOVERNO PRESENTE, MAIS CONQUISTAS PARA NOSSA GENTE!

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE  
BOQUIRA**

---

**ANEXOS**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009-2026-CO

---



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade de Licitação	Número
Concorrência Eletrônica	009-2026-CO

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1 OBJETO:** O objeto da presente licitação são os Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**1.2 OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** Assegurar a entrega de políticas públicas de qualidade na educação, que é fundamental para garantir a excelência do processo educativo por meio do aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas. Isso envolve a atualização constante dos educadores em relação às novas abordagens de ensino, o uso eficaz de tecnologias educacionais e a implementação de estratégias de ensino inovadoras. Além disso, uma gestão escolar eficiente é essencial, pois impacta diretamente no desenvolvimento integral dos estudantes e assegura a conformidade com as diretrizes educacionais estabelecidas.

#### 1.3 ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES - PLANILHA REFERENCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais.	MÊS	12

**1.4 DA NATUREZA DO OBJETO:** A demanda ora requisitada, têm natureza de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, peças constantes nos autos do processo.

**1.5 DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:** A contratação terá prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, embora o ciclo formativo esteja previsto para 12 (doze) meses, correspondente ao período letivo. Prevê-se a possibilidade de prorrogação, devidamente motivada, em razão da natureza contínua e essencial do serviço para a Secretaria de Educação e, sobretudo, para garantir a consolidação das práticas pedagógicas até que haja evidências objetivas de melhoria



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



nos resultados educacionais, inclusive nas notas do IDEB, observados os limites e condições previstos na legislação aplicável.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2 O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, pois este está em fase de construção pela equipe de planejamento em conjunto com as Secretarias requisitantes do Município.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Para a contratação dos serviços, pelo poder público os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo compatível com o objeto a ser licitado, bem como dispor da documentação prevista no tópico específico (EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO), do presente Termo, nos moldes do art. 62, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **4.2 DA SUSTENTABILIDADE:**

4.2.1 Toda ação do Estado deve ter por base o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, o que implica no melhor aproveitamento de recursos, no desenvolvimento de logísticas eficientes e no planejamento de ações que agreguem benefícios sistêmicos à população e ao meio ambiente, interrelacionando as esferas econômicas, sociais, culturais e ambientais, independentemente do nível de abrangência ou da complexidade da ação;

4.2.2 A implementação de práticas sustentáveis na formação de servidores representa um compromisso institucional com a responsabilidade socioambiental e a eficiência dos recursos públicos. Para esse tipo de contratação é importante a implantação de ações voltadas a preservação do meio ambiente, tais como: Digitalização Integral dos Materiais Didáticos; Redução significativa do consumo de papel; Incentivo ao uso de dispositivos eletrônicos para anotações; Eliminação gradual da dependência de materiais impressos;

Implementação de formulários online para avaliações; Gestão Sustentável em Encontros Presenciais, com a disponibilização de água filtrada de qualidade; Incentivo ao uso de garrafas e utensílios reutilizáveis; Redução do desperdício de materiais descartáveis e Implementação de pontos de coleta seletiva e Emissão de certificados exclusivamente em formato eletrônico.

#### **4.3 DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.3.1 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos necessários para a execução do objeto.

4.3.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



---

### **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

#### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto- da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

#### **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1 Na Secretaria Municipal de Educação e no Auditório da Escola Municipal Alpha, ou outro definido pelo Executivo Municipal, todos na sede do município nos horários estabelecidos entre as partes, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Unidade Requisitante.

#### **ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

5.3 A execução contratual observará as rotinas, conforme abaixo:

5.3.1 Seminário de Implantação: O Seminário de implantação é o evento presencial onde se apresenta o sistema de ensino a comunidade escolar. A ação conta com a presença de autoridades do município, do gestor da Secretaria Municipal de Educação, dos técnicos da pasta, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, assistentes de direção, responsáveis e familiares de estudantes, entre outros. Este será o primeiro encontro da equipe pedagógica do sistema de ensino com os profissionais da rede que são público-alvo da contratação, em que serão apresentados a organização dos conteúdos, concepção teórica, gestão pedagógica das avaliações externas e internas, recursos digitais. O seminário de implantação deverá ter carga horária mínima de 16h para cada segmento (Educação Infantil, Ensino Fundamental de anos iniciais e Ensino Fundamental de anos finais). Totalizando 48h de formação.

5.3.1 Reuniões com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação: Assessoria pedagógica presencial, juntamente à equipe técnica da Secretaria de Educação, contemplará encontros para alinhamento das ações, formação sobre temas de gestão estratégica, diagnóstico e estratégias de intervenção pedagógica a partir das demandas da rede, além de assessoria para elaboração do calendário escolar em consonância com as ações do Sistema de Ensino. As reuniões técnicas deverão ter duração mínima de 4h e deverão acontecer no mínimo 6 vezes ao longo de 10 meses, totalizando 24h de atendimento.

5.3.1 Acompanhamento Institucional e Orientação pedagógica: Encontros formativos dedicados aos gestores pedagógicos das unidades escolares, que tratará sobre o planejamento curricular, projetos na escola, interação entre os componentes curriculares, ampliação de propostas a partir do material, avaliações educacionais e a promoção da aprendizagem, articulação das competências socioemocionais aos componentes curriculares, entre outros que a demanda exigir. As orientações pedagógicas deverão ter duração mínima de 4h e deverão acontecer no mínimo 6 vezes por ano. Totalizando 24 horas de atendimento.

5.3.2 Oficinas formativas: Plano de formação voltado às especificidades da rede de ensino, a partir dos recursos didáticos do Sistema Estruturado para professores. Considerando as características de cada segmento e os eixos estruturantes da BNCC, as ações formativas presenciais destinadas aos professores serão realizadas por segmento (Educação Infantil, Ensino Fundamental de anos iniciais e Ensino Fundamental de anos finais). Totalizando 66h de formação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



5.3.1 Formação à distância: Encontros formativos voltados a equipe técnica da Secretaria de Educação, com o objetivo de fortalecer o trabalho pedagógico e a gestão educacional no território, onde esses encontros poderão ocorrer no âmbito territorial, com foco na articulação entre os municípios pertencentes ao mesmo território, de modo a promover a troca de experiências, a integração de ações e a construção coletiva de estratégias para a melhoria da educação, com carga horária mínima 30h cada, contemplando todos os segmentos da Educação Básica.

5.3.2 Suporte Pedagógico Permanente a empresa contratada deverá disponibilizar canais de atendimento permanente para assessorar o corpo técnico e pedagógico da rede municipal.

5.3.3 Avaliações de Sondagem: Monitoramento com aplicação de avaliação diagnóstica e coleta de feedback qualitativo e quantitativo dos participantes. Elaboração de Relatório Final contendo a descrição das atividades, número de participantes, resultados alcançados, desafios identificados e recomendações para aprimoramento.

### **DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.4 A metodologia seguirá a seguinte rotina:

5.4.1 Acompanhamento com levantamento das necessidades formativas, por meio de diagnóstico junto às instituições de ensino, considerando as demandas específicas em cada segmento escolar;

5.4.2 Elaboração de plano formativo com objetivos claros, alinhados a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as metas das instituições, com foco na resolução de problemas reais do contexto escolar e na preparação e melhoria dos indicadores do Sistema de Educação Básica - SAEB, na valorização e fortalecimento da Educação Escolar Quilombola conformes Diretrizes Curriculares Nacionais;

5.4.3 Formação continuada com Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadores Escolares, Diretores e Vice-Diretores das Unidades Escolares.

5.4.4 Acompanhamento pedagógico com oferta de suporte técnico e formativo contínuo aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, visando a aplicação prática dos conteúdos e metodologias trabalhadas.

5.4.5 Formação pedagógica para professores da Educação Infantil (Creche e Pré Escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), Educação Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial; Educação Escolar Quilombola, Educação em Tempo Integral, Atendimento Educacional Especializado;

5.4.6 Formações com as temáticas como Alfabetização, Escrita e Leitura, Matemática, Gestão Pedagógica e Administrativa, com alinhamento às Políticas Nacionais de Educação.

5.4.7 As formações poderão ser realizadas de forma presencial ou remota conforme a necessidade e disponibilidade, com carga horária dos encontros presenciais de 08 horas, tendo a possibilidade de complementação por encontros virtuais;

5.4.8 Acompanhamento e Monitoramento com suporte técnico-pedagógico durante todo o período da formação, aplicação de instrumentos para acompanhamento do progresso dos participantes;

5.4.9 Monitoramento com aplicação de avaliação diagnóstica e coleta de feedback qualitativo e quantitativo dos participantes. Elaboração de Relatório Final contendo as descrições das atividades, número de participantes, resultados alcançados, desafios identificados e recomendações para aprimoramento.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

#### **5.5 Dos materiais:**

5.5.1 Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais didáticos necessários, tais como apostilas, slides, exercícios, listas de leitura, bem como quaisquer outros recursos que se façam necessários ao adequado desenvolvimento das atividades.

### **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

#### **5.6 Dos servidores a serem formados.**

5.6.1 A demanda do órgão tem por base a necessidade de formar aproximadamente 300 (trezentos) servidores, entre: equipe técnica, professores, coordenadores, diretores e vice-diretores das Unidades Escolares.

### **6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, o primeiro fundamento para a não exigência de garantia reside na própria redação do artigo 96 da Lei nº14.133/2021. O uso da expressão "poderá ser exigida" confere à Administração Pública uma faculdade discricionária, não uma obrigatoriedade absoluta. Esta discricionariedade deve ser exercida com base em uma análise criteriosa dos riscos envolvidos, da complexidade do objeto e da real necessidade de tal medida protetiva.

6.2 Para os serviços em tela, a autoridade requisitante, decide pela sua dispensa.

6.3 A exigência de garantia contratual, seja na modalidade de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, representa um custo adicional significativo para o contratado, que invariavelmente será incorporado ao valor final do contrato. Este ônus financeiro pode tornar-se desproporcional ao benefício esperado.

6.4 Para o Município de Boquira/BA, a não exigência da garantia pode resultar em:

6.4.1 Propostas mais competitivas e economicamente vantajosas.

6.4.2 Otimização dos recursos públicos municipais.

6.4.3 Redução do custo final das obras para os cofres públicos.

6.5 A imposição de garantia pode criar uma barreira de entrada significativa para micro e pequenas empresas, que frequentemente possuem capacidade técnica adequada, mas enfrentam dificuldades para obter as modalidades de garantia exigidas.

6.6 Os riscos associados a esses serviços, podem ser efetivamente mitigados através de:

6.6.1 Gestão e fiscalização rigorosa do contrato.

6.6.2 Aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento.

6.6.3 Retenção de pagamentos proporcionais ao andamento da formação.

6.6.4 Cronogramas físico-financeiros detalhados dos serviços a serem executados.

6.7 A ausência de garantia contratual não significa desproteger o interesse público. A Lei nº 14.133/2021 oferece diversos mecanismos alternativos de proteção, tais como:

6.7.1 Multas contratuais por atraso ou não conformidade.

6.7.2 Retenção de pagamentos conforme cronograma de execução.

Concorrência eletrônica nº 009-2026-CO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



6.7.3 Fiscalização técnica especializada durante toda a execução.

6.7.4 Sanções administrativas previstas em lei.

6.8 Esta decisão se alinha perfeitamente com os princípios fundamentais que norteiam a Nova Lei de Licitações: economicidade, eficiência, proporcionalidade e competitividade. Ao dispensar a garantia, o Município não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também promove a inclusão de mais interessados.

6.9 A proteção do interesse público permanece assegurada através dos diversos mecanismos de controle e fiscalização previstos na legislação, demonstrando que a ausência de garantia contratual, constitui uma medida administrativa legítima, eficiente e vantajosa para todo o município de Boquira/BA.

## **7. GARANTIA DO SERVIÇO**

7.1 Não será exigida garantia de execução dos serviços. O Contratado assumirá integral responsabilidade pela qualidade, segurança, disciplina e desempenho na prestação dos serviços, comprometendo-se a observar os padrões definidos no instrumento convocatório. O descumprimento sujeitará o Contratado às sanções cabíveis, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação aplicada a matéria.

## **8. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

8.1.1 Termo de encerramento: firmar um Termo de Encerramento do Contrato, assinado por ambas as partes, consignando que todas as obrigações foram cumpridas;

8.1.2 Verificação de pendências: Conferir se existem pendências como pagamentos, notas fiscais, saldos de empenho, falta de cumprimento de cláusulas. Regularizar tudo antes da finalização;

8.1.3 Relatório final e arquivamento: Emitir um relatório conclusivo mencionando o alcance das metas, eficácia da formação, demais ocorrências e recomendações finais.

## **9. DA GESTÃO DO CONTRATO**

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1 O fiscal do contrato, será indicado por ato formal da Secretaria Requisitante, onde acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

10.2 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

10.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.4 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.6 O fiscal do contrato comunicará ao setor requisitante, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao setor requisitante para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### 11. DO GESTOR DO CONTRATO

11.1 Cabe ao gestor do contrato:

11.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento deste, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações ocorridas, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.1.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



11.1.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.1.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.1.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.1.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.1.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11.1.8 receber e dar encaminhamento imediato (Tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal- Tema 1118):

11.1.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

11.1.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 A avaliação da execução do objeto utilizará de relatórios mensais das atividades desenvolvidas com os servidores, com base na rotina da execução do objeto, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

12.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.2.1 Não produzir os resultados acordados, conforme a rotina da execução do objeto.

12.2.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.2.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.3 A utilização de relatórios mensais, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## 13. DO RECEBIMENTO

13.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15(quinze) dias úteis, pelo corpo técnico e pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

13.20 prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



13.30 fiscal do contrato, sob orientação de profissionais técnicos da Secretaria de Educação realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

13.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao setor requisitante.

13.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.6 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

13.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.11 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos profissionais da educação em conjunto com o fiscal do contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

13.12 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.13 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.14 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.15 Enviar a documentação pertinente ao setor de compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



13.16 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.17 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 14. LIQUIDAÇÃO

14.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.3.1 o prazo de validade;

14.3.2 a data da emissão;

14.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

14.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

14.3.5 o valor a pagar; e

14.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.6 A Administração deverá realizar consulta para:

14.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas, conforme edital;

14.6.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

14.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



14.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação diretamente com o órgão.

---

### **15. PRAZO DE PAGAMENTO**

---

15.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

---

### **16. FORMA DE PAGAMENTO**

---

16.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, alterada pela redação dada pela Instrução Normativa RFB n° 2145, de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal que rege a matéria.

16.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

---

### **17. DO REAJUSTE**

---

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

---

### **18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, o Contratado que:

18.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

18.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



18.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "18.1.2", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "18.1.5", "18.1.6", "18.1.7" e "18.1.8" do subitem acima, bem como nas alíneas "18.1.2", "18.1.3" e "18.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

18.2.4 Multa:

18.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item "18.1.4", de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por cento) dias.

18.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

18.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "18.1.5" a "18.1.8" de 0,05% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

18.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "18.1.3", de 0,05% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

18.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "18.1.2", de 0,05% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

18.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "18.1.4", de 0,05% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

18.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "18.1.1", de 0,05% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

a) Entrega dos serviços em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

b) Não cumprimento de prazos para etapas específicas do projeto/plano de trabalho ou obra, que impactam o andamento da contratação;

c) Não entrega de certidões, relatórios de acompanhamento, ou qualquer outro documento obrigatório previsto no Termo de Referência.

18.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



18.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como publicado no sítio oficial do Município.

18.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

18.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

18.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

18.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

18.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



18.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

19.1.1 O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA;

19.1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e Preço (LOTE ÚNICO) (art. 33, IV da Lei 14.133/2021).

19.2 Do regime de execução:

19.2.1 O regime de execução indireta por preço global.

19.3 Modo de Disputa:

19.3.1 FECHADO, conforme preconiza o art. 56, II § 2º da Lei 14.133/2021.

### 20. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA TÉCNICA

20.1 A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada, juntamente com a PROPOSTA DE PREÇOS e consistirá na apresentação da documentação a seguir.

#### 20.2 PROVA DE CAPACIDADE TÉCNICA (PROPOSTA TÉCNICA)

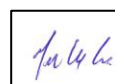
20.3 Para a análise das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, serão considerados os critérios e respectivos pesos apresentados no quadro a seguir:

FATORES DE PONTUAÇÃO TÉCNICA			
CRITÉRIO	PONTOS (A)	PESO (B)	PONTOS PONDERADOS (C) (C) = (A) x (B)
METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (N1)	100	1	100
CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA (N2)	100	2	200
CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA PROFISSIONAL (N3)	100	3	300
TOTAL			600

Cálculo da Pontuação Técnica:

$$P_t = 1XP_{mp} + 2XP_{co} + 3XP_{ce}$$

Onde:







## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



**P<sub>t</sub>** - Pontuação Total

**P<sub>mp</sub>** - Total de pontos obtidos no critério **METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (N1)**

**P<sub>co</sub>** - Total de pontos obtidos no critério **CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA (N2)**

**P<sub>ce</sub>** - Total de pontos obtidos no critério **CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA PROFISSIONAL(N3)**

20.3.1 O licitante deverá apresentar índice de aproveitamento em cada um dos critérios relacionados no quadro "Fatores de Pontuação Técnica" superior a 50%.

20.3.2 Será desclassificado o licitante que não atingir o patamar mínimo do item anterior e haverá a devolução da sua proposta de preços, sem que tenha sido violada.

20.4 Todos os critérios adotados possuem pontuação máxima de 100 pontos.

20.5 Para o cálculo da Nota da Proposta Técnica (NT) será considerado os pesos definidos para cada critério, conforme disposto no quadro anterior, e seguindo a metodologia apresentada no presente termo.

### 20.6 METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (N1)

20.6.1 Deverá demonstrar o nível de conhecimento da empresa, quanto a capacidade de formação de profissionais da área da educação;

20.6.2 Deverá ainda apresentar, de forma objetiva, a descrição dos serviços necessários para a formação da equipe de servidores, a metodologia de execução e organização das atividades, as tecnologias a serem aplicadas, a alocação da equipe e demais requisitos considerados necessários para o cumprimento do objeto, bem como as estratégias que serão utilizadas para atendimento dos prazos previstos para cada etapa e para a entrega dos serviços previstos no presente termo.

20.6.3 A licitante deve apresentar em texto dissertativo o que se pede, redigido em letra Arial tamanho 11 e em até 5 (cinco) páginas no formato A4. O material entregue será analisado pela Comissão Especial de Avaliação Técnica, composta por professores do quadro de servidores do município, onde será atribuída uma nota para a Metodologia e Plano de Trabalho (N1), variando de 0 a 100 pontos e seguindo os critérios apresentados no quadro a seguir:

CRITÉRIO	Nota Máxima
Apresentação e breve histórico da Organização	10 pontos
Descrição das atividades a serem desenvolvidas	30 pontos
Metodologia e execução das atividades a serem desenvolvidas	40 pontos
Métodos inovadores de gestão aplicados pela organização e certificações	20 pontos
<b>TOTAL</b>	<b>100 pontos</b>

20.6.4 Os critérios acima serão avaliados com base nas seguintes premissas:

**a) Apresentação da organização:** deverá ser apresentada a empresa, sua estrutura, ramo de atividade, organograma, responsáveis técnicos e experiências anteriores similares ao objeto proposto,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



assim como características gerenciais e técnicas que favoreçam o desempenho das atividades previstas para esta contratação.

**b) Descrição das atividades:** deve indicar as atividades a serem desenvolvidas por cada uma das equipes, demonstrando conhecimento sobre os serviços objetos da licitação.

**c) Metodologia e execução das atividades:** deve indicar detalhadamente para cada uma das atividades a serem executadas a metodologia a ser adotada, sua sequência e os objetivos a serem alcançados, compatibilizando com as entregas previstas no tópico 5 do presente termo "DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO".

**d) Métodos Inovadores e Certificações:** deve apresentar, caso haja, metodologias comprovadamente já adotadas pela empresa que favoreçam o desempenho das atividades propostas (metodologia ágil, etc). Poderão ainda ser apresentadas certificações expedidas em nome da empresa participante que atestem a qualidade quanto a gestão de processos e da qualidade.

### 20.7 CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA (N2)

20.7.1 O licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior. A comprovação deverá ser realizada através da apresentação de certidão ou atestado, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

20.7.2 Para a composição da nota de experiência técnica da empresa, deverão ser apresentados atestados para os serviços relacionados no quadro a seguir. A quantidade mínima a ser comprovada pelo licitante deverá ser apresentada em um único atestado.

20.7.3 A nota para a Capacidade Técnica da Empresa (N2) será obtida através da soma da pontuação verificada para cada um dos serviços relacionados no quadro a seguir.

20.7.4 Deverão ser apresentados atestados apenas até o limite da pontuação máxima para cada serviço, não sendo objeto de análise ou consideração para atribuição de notas aqueles que ultrapassarem o limite estabelecido.

20.7.5 A pontuação mínima aceitável é de 20 (vinte) pontos para o critério N2, caracterizando o quantitativo mínimo exigido para a comprovação da capacidade operacional da empresa. Serão DESCLASSIFICADOS os licitantes que não comprovarem a quantidade mínima exigida para cada um dos serviços relacionados no quadro a seguir.

TIPO DE SERVIÇO	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Formação de profissionais da educação que atuam no ensino infantil ou ensino fundamental e ou EJA, assessoria e/ou consultoria pedagógica e afins. Formação exclusiva de professores. Formação de professores + coordenadores + gestores escolares (diretores/vice-diretores).	10 Pontos	10 Pontos	50 Pontos
Formação de profissionais, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da	6 Pontos	6 Pontos	40 Pontos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



aprendizagem dos estudantes, assessoria e/ou consultoria pedagógica e afins.			
Experiência predominante ou exclusiva em redes públicas de ensino (Conhecimento do setor público).	4 Pontos	4 Pontos	10 Pontos
<b>TOTAL</b>		<b>20 Pontos</b>	<b>100 Pontos</b>

**Obs. 1:** Serão admitidos Certidões, Atestados ou Declarações para cada um dos serviços, desde que os serviços sejam atingidos de forma integral.

### 20.8 CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA PROFISSIONAL (N3)

20.8.1 Entende-se por capacidade técnica profissional a comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, profissionais de nível superior na área docente, compatíveis com o objeto desta contratação e para fins de comprovação o licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA INTEGRAR A EQUIPE QUE EXECUTARÁ OS SERVIÇOS OBJETO DA CONTRATAÇÃO**, assinada pelo representante legal do licitante, acompanhada da anuência dos profissionais. **Tabela abaixo (modelo).**

20.8.2 Para efeito de pontuação técnica será considerado a comprovação do vínculo do profissional indicado e a respectiva graduação, conforme quadro a seguir. (máximo de 7 profissionais e 100 pontos).

<b>Pós-graduação (especialização de no mínimo de 360 horas)</b>	<b>MESTRADO Correspondente a área de atuação</b>	<b>DOCTORADO Correspondente a área de atuação</b>
10 Pontos	15 Pontos	20 Pontos

	<b>Nome do profissional</b>	<b>Área Docente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-graduação Mestrado Doutorado</b>	<b>Pontuação</b>
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					

20.8.3 Este item objetiva demonstrar que os técnicos da empresa possuem experiência na execução de serviços similares ao objeto da presente contratação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



20.9 A análise da documentação técnica, apresentada pelo licitante, será realizada pela **Comissão Especial de Avaliação Técnica**, composta por professores do quadro de servidores do município, que emitirá relatório com o resultado da análise, a fim de embasar a decisão sobre a habilitação técnica ou inabilitação do licitante, por parte do Agente de Contratação, onde o mesmo será disponibilizado via sistema.

### 20.10 DA PROPOSTA DE PREÇOS:

20.10.1 O licitante deverá apresentar Administração, por meio eletrônico, proposta de preços que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

20.10.2 Todas as especificações do objeto contidas vinculam o licitante.

20.10.1 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, a administração, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificada, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da contratação.

20.10.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.11 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação na plataforma eletrônica em que será realizada a sessão pública.

20.12 A nota da proposta de preços, será atribuída utilizando a seguinte fórmula, sendo que o Fator de pontuação máximo equivale a 100 pontos:

$$NP = (PR/PP) \times FP$$

### EXEMPLO PRÁTICO

Preço de Referência: R\$ 100

Fator de Pontuação Máximo: 100 pontos

Proposta 1: R\$ 80 =  $(100 / 80) \times 100 = 125$  pontos

Proposta 2: R\$ 120 =  $(100 / 120) \times 100 = 83.33$  pontos

20.13 Cada licitante receberá uma nota de preço com base na sua oferta em relação ao preço de referência. Quanto menor o preço, maior a nota.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



---

### 21. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (conforme o enquadramento de cada empresa) para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

---

#### 21.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, CONFORME OCASO.

**21.1.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. (Lei 10.406/2002 (Código Civil), art. 1.150 e art. 967).

**21.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, documentação desse importante para comprovar quem são os representantes legais da pessoa jurídica. (Lei 10.406/2002 (Código Civil), art. 1.150 e art. 1.052, § 20.).

**21.1.3 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. (Lei 10.406/2002 (Código Civil), art. 1.150, e art. 997.)

**21.1.4 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**21.1.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

#### 21.2 OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

---

### 22. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

---

22.1 Prova de INSCRIÇÃO no cadastro de contribuintes ESTADUAL E/OU MUNICIPAL, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) - O cartão CNPJ apresenta dados relevantes como razão social, nome fantasia, endereço, atividades econômicas (CNAE), natureza jurídica e situação cadastral. Isso permite à Administração analisar se as atividades da empresa são compatíveis com o que está sendo contratado;

22.3 Prova de regularidade fiscal perante a FAZENDA NACIONAL, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

22.4 Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do proponente;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



22.5 Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do proponente;

22.6 Prova de regularidade relativa ao FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

22.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.8 As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006, sob pena de serem declaradas inabilitadas.

### 23. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

23.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio (art. 69, caput, inciso II), dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

23.2 BALANÇO PATRIMONIAL dos 2 (dois) últimos exercícios sociais devendo conter obrigatoriamente, as peças a seguir relacionadas com a Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta, chancela da Junta Comercial, código de registro ou Recibo de entrega de escrituração contábil digital):

23.2.1 Balanço patrimonial (BP);

23.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

23.2.3 Apresentar as NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, conforme previsto na NBC TSP 11/2018, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade/CFC.

a) Visando assegurar a participação do maior número de licitantes possível, de forma que os requisitos de habilitação exigidos, devem ser suficientes, somente para garantir a capacidade da empresa para a contratação, sem restringirem desnecessariamente a competição, razão pela qual, que a Administração, fazendo uso do formalismo moderado, quando o Balanço for registrado sem as Notas Explicativas, estas deverão ser apresentadas em separado, assinadas por profissional habilitado da área contábil e pelo titular da empresa, desde que esteja de acordo com a legislação brasileira e/ou com a estrutura proposta pela NBC TSP 11/2018 e pelas demais NBCs TSP.

23.3 As demonstrações contábeis, por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD), integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão atender a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 - (Publicado(a) no DOU de 20/01/2021, seção 1, página 46), alterada pela (Alterado(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023) - (Publicado(a) no DOU de 26/05/2023, seção 1-A, página 1).

23.4 Comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas demonstrada abaixo:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$
$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$
$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$

23.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, **comprovação do patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação**, constitui uma medida prudente e legalmente fundamentada que visa salvaguardar o interesse público, garantir a execução contratual adequada e mitigar riscos inerentes a este tipo de contratação.

23.6 Para as empresas constituídas em período inferior a 2 (dois) anos, os documentos contábeis referidos acima limitar-se-ão ao último exercício. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

23.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

23.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

## 24. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

24.1 NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO DEVERÁ SER APRESENTADO A COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO ENTRE O LICITANTE E OS PROFISSIONAIS APRESENTADOS NA PROPOSTA TÉCNICA, conforme requisitos constantes do presente termo, podendo ser comprovada por meio de:

24.1.1 contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum.

24.1.2 intermédio de contrato social/estatuto social;

24.1.3 ser o administrador ou o diretor;

24.1.4 meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



---

### **25. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

---

25.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público, após a fase de negociação ao licitante classificado em primeiro lugar, para negociação de melhores condições da proposta apresentada.

25.2 A obtenção do valor máximo aceitável pela administração, levou em consideração a pesquisa de preços realizada pelo setor competente, conforme consta nos autos do processo, nos moldes do art. 23 da Lei 14.133/2021.

---

### **26. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

---

26.1 As obrigações pertinentes à LGPD serão definidas no instrumento contratual.

---

### **27. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

27.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

27.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 020610 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**ATIVIDADE:** 12.122.05.2.031 - DESENV. DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME

12.361.05.2.033 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL

**ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

**Rita de Cássia Oliveira de Miranda Rodrigues**

Secretaria de Educação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### ANEXO II

**CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 009-2026-CO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026**

**MINUTA DE CONTRATO Nº XXXCO-2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICIPIO DE BOQUIRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E, DO OUTRO, A EMPRESA \_\_\_\_\_.

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Oliveira dos Brejinhos, nº 150, Centro, Boquira/BA, inscrita no CNPJ sob Nº. 13.780.770/0001-46, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Alan XXXXXXXX XXXXX, brasileiro, casado, CPF nº 000.000.000-00, RG nº 00.000.000-00, XXX/XX, residente e domiciliado nesta cidade de Boquira/BA, denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa o(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nºXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, em XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos do processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 009-2026-CO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação são os Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 Proposta Técnica;

1.2.4 Proposta de Preços;

1.2.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução é o de empreitada global.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo para EXECUÇÃO do contrato será de 12 (doze) meses a partir da emissão da Ordem de Serviço, e o prazo de VIGÊNCIA contratual será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



2.1.1 A contratação terá prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, embora o ciclo formativo esteja previsto para 12 (doze) meses, correspondente ao período letivo;

2.1.2 Prevê-se a possibilidade de prorrogação, devidamente motivada, em razão da natureza contínua e essencial do serviço para a Secretaria de Educação e, sobretudo, para garantir a consolidação das práticas pedagógicas até que haja evidências objetivas de melhoria nos resultados educacionais, inclusive nas notas do IDEB, observados os limites e condições previstos na legislação aplicável. Com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133/2021.

2.1.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado;

2.1.4 Ao renovar o prazo, renova-se o quantitativo licitado, desde que traga benefícios para a gestão pública, como a redução de custos e a mitigação do risco de licitar novamente, após demonstração da vantajosidade dos preços contratados.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2 Sendo permitida a subcontratação parcial do objeto, ocorrerá até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições.

4.2.1 Permanecerá a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6 Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.6.1 O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.6.2 O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.7 O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.8 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1 O Valor contratado será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ xxxxxxxxxx, as quais correspondem aos preços propostos pela CONTRATADA na licitação aqui definida, dando-se ao presente contrato o valor global de ..... (.....).

5.1.1 No valor acima estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme demonstrado no Termo de Referência.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se na pesquisa de preços realizada pelo setor responsável, peças anexas nos autos do processo.

7.2 Após o interregno de um ano a concessão do reajuste, será condicionada à solicitação do contratado, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



$$R = P_o \times \frac{I_i - I_o}{I_o}$$

Sendo,

$R$  = Reajustamento;

$P_o$  = Preço inicial;

$I_i$  = Indicação data - base;

$I_o$  = Indicação aniversário da proposta (12 meses).

7.3 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5.1 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços solicitado, sempre que este ocorrer.

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6 Dos pagamentos realizados serão retidos na fonte os impostos nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012, alterada pela redação dada pela [Instrução](#)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal de nº Decreto Municipal de nº108/2023 de 06 de setembro de 2023.

8.1.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8 Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato que se vincula ao Termo de Referência.

8.1.9 Cientificar à Assessoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.10 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

8.1.10.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.10.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

8.1.10.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

8.1.10.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.10.5 demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.10.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

8.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.12 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.13 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.14 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.)

8.1.15 Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.16 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.17 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.18 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e demais anexos que o vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.2.1 Cada vício, defeito ou incorreção verificada pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.5 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6 A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços (medições), os seguintes documentos:

- i. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- ii. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- iii. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- iv. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio do contratado;
- v. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- vi. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



9.1.10 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.11 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116), conforme previsto na Lei 14.133/2021 e de acordo com as normas específicas que rege a matéria, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.18 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.19 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.20 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.22 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.23 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.24 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



9.1.25 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.26 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.27 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.28 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.28.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.29 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.30 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.32 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.33 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.34 Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.35 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.36 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.37 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual, ficando sobre a inteira responsabilidade da Contratada pela garantia dos serviços prestados com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, sob pena das sanções cabíveis, onde será observado o que estabelece a lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



13.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3 Indenizações e multas.

13.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício vigente, na dotação abaixo discriminada:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 020610 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**ATIVIDADE:** 12.122.05.2.031 - DESENV. DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME

12.361.05.2.033 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ENSINO FUNDAMENTAL

**ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Boquira/BA, [dia] de [mês] de [ano].

**MUNICIPIO DE BOQUIRA**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
PREFEITO  
CONTRATANTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### ANEXO II

#### MODELO DE PROPOSTA DE TÉCNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026.

**Modalidade de Licitação**

Concorrência Eletrônica

**Número**

009-2026-CO

#### DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

#### OBJETO

O objeto da presente licitação são os Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

<b>Pós-graduação (especialização de no mínimo de 360 horas)</b>	<b>MESTRADO Correspondente a área de atuação</b>	<b>DOUTORADO Correspondente a área de atua o</b>
10 Pontos	15 Pontos	20 Pontos

	<b>Nome do profissional</b>	<b>Área Docente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-graduação Mestrado Doutorado</b>	<b>Pontuação</b>
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
<b>TOTAL DOS PONTOS</b>					





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



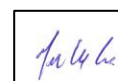
Para efeito de pontuação técnica será considerado a comprovação do vínculo do profissional indicado e a respectiva graduação, conforme quadro a seguir. (*máximo de 7 profissionais e 100 pontos*).

<b>METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO</b>
--

As licitantes deverão anexar os documentos comprobatórios relativos a Proposta Técnica em aba específica, no Sistema Licitanet (<https://licitanet.com.br/fornecedor>), até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura Sessão Pública.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, 00 de XXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura Licitante  
Carimbo de CNPJ





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### ANEXO II

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**Modalidade de Licitação**  
Concorrência Eletrônica

**Número**  
009-2026-CO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA-BA

**OBJETO:** O objeto da presente licitação são os Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	EMAIL:	
BANCO (NOME/Nº):	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
<b>NOME:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>ESTADO CIVIL:</b>	<b>PROFISSÃO:</b>	
<b>RG:</b>	<b>ÓRGÃO EXPEDITOR:</b>	<b>CPF:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>E-MAIL:</b>	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V.TOTAL
1	Serviços técnicos especializados para execução do Projeto voltado para a formação de profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e pretende colaborar com a implementação de uma política pública de formação continuada, alinhada às práticas profissionais dos educadores e à gestão da aprendizagem dos estudantes do município, em metas relacionadas à efetivação da formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação e outras relacionadas ao fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas municipais.	MÊS	12		

Concorrência eletrônica nº 009-2026-CO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



**Valor total da Proposta: R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

Atestamos que:

I. Esta proposta compreende todas as despesas diretas e indiretas, tais com: mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas de trabalho, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;

II. Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data de declaração de vencedor;

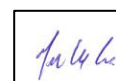
III. Que os serviços serão executados no prazo [estabelecido no Termo de Referência, a contar da emissão da ordem de serviço;

IV. Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital;

V. Declaramos que os serviços serão executados em conformidade com os requisitos previstos no Edital e seus anexos.

XXXXXXXXXX-BA, xxxxxxxxxxxx de xxxxxxxx de 2026.

Assinatura Licitante  
Carimbo de CNPJ





## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

Modalidade de Licitação	Número
Concorrência Eletrônica	009-2026-CO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], DECLARO, que esta empresa possui pessoal técnico disponível para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, fazendo parte da equipe:

I) ... (...) profissional formado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx com experiência profissional comprovada em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

II) ... (...) profissional formado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx com experiência profissional comprovada em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de de 202X.

(nome e assinatura do representante legal da licitante)

Anuência dos Profissionais acima indicados:

01 \_\_\_\_\_  
02 \_\_\_\_\_  
03 \_\_\_\_\_



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Rua Oliveira dos Brejinhos, 150, Centro.

CEP. 46.530-015 fone: (77) 3645-2291

CNPJ: 13.780.770/0001-46



### ANEXO VI

#### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Modalidade de Licitação	Número
Concorrência Eletrônica	009-2026-CO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], DECLARO, para os devidos fins, que:

- i) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ii) sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos: Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ( ).
- iii) Atende o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- iv) que recebeu todos os documentos pertinentes à Concorrência supracitada e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações para o cumprimento das obrigações desta licitação
- v) sob as penas da lei, que se compromete a contratar os profissionais indicados, conforme Equipe Técnica apresentada;
- vi) declara que tem conhecimento do local onde serão executadas as obras;
- vii) declara que conhece e que aceita todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos.

xxxxxxxxxxxxxxxx, 00 de xxxxxxxxxxx de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

\* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.